

AS AQUISIÇÕES E FUSÕES NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL (2005-2013)

Tarcísio Luiz Pereira, UFMS/Brasil, proftlp2004@hotmail.com

Silvia Helena Andrade de Brito, UFMS/Brasil, silvia.brito@ufms.br

RESUMO: O objeto deste trabalho são as aquisições e fusões ocorridas no ensino superior no Brasil, entre 2005 e 2013. O objetivo do artigo é analisar as fusões e aquisições que se deram nas instituições de ensino superior privadas entre nesse período, quando o setor movimentou R\$ 11 bilhões, com 27 transações. Assim, fusões e aquisições fazem parte do mundo corporativo capitalista, visando a adequação de recursos, do porte e da estrutura das empresas ao mercado. O que move o capital é a procura por superlucros. Para tal, fusões e aquisições aparecem na etapa do capitalismo monopolista, que se caracteriza pela concentração/centralização do capital, com a fusão/reagrupamento de capitais em todos os setores. Essa também é a forma assumida pelas empresas capitalistas no campo educacional, no Brasil.

Palavras-chave: ensino superior privado; aquisições e fusões; empresa educacional

O objeto deste trabalho são as aquisições e fusões ocorridas no ensino superior no Brasil, sobretudo a partir da segunda metade da primeira década do século XXI. O objetivo principal é apresentar algumas reflexões acerca das fusões e aquisições que se deram no contexto educacional, especificamente nas Instituições de Ensino Superior Privadas (IESP), no Brasil, no momento histórico acima referenciado¹.

A primeira onda de fusões e aquisições aqui referida iniciou-se no país em 2005, tendo como marco a aquisição do controle societário da mantenedora da Universidade Anhembimorumbi pelo grupo americano Laureate. De acordo com Gorgulho (2009, p. 46) foram registradas, entre os anos de 2005 a 2009, 78 fusões e aquisições de instituições privadas de ensino superior no Brasil; e, desde então, pelo menos 27 transações movimentaram, no mínimo, R\$ 11 bilhões, segundo aponta levantamento da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima)².

¹ O presente artigo é parte dos resultados de uma pesquisa de doutorado, em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – CCHS/UFMS – Campus de Campo Grande.

² A Anbima representa as instituições que atuam no mercado de capitais brasileiro, reunindo o maior número de protagonistas do setor, visando sua atuação junto ao governo, ao próprio mercado e à sociedade, no apoio à evolução de o mercado de capitais (ANBIMA, 2013).

Reafirmando o vulto das operações efetuadas, cite-se que algumas das operações individuais realizadas nesse período superaram R\$ 20 milhões. Dos negócios anunciados em 2013, entram na conta a fusão entre Kroton e Anhanguera e as aquisições do Centro Educacional Sigma e da escola de línguas Wise Up, pela Abril Educação.

Segundo o Jornal Valor Econômico, de 30/10/2013, no primeiro ciclo ou na primeira onda, entre 2005 e 2010, se viu um maior volume de operações entre instituições de ensino superior (IES) e escolas de línguas. Em seguida, a partir de 2010, quando investidores notaram possibilidades de negócios em outros nichos, como ensino técnico, médio e fundamental, além do ensino superior, consolidaram-se negócios também nestas áreas. "Salários melhores permitiram à população 'consumir' mais educação, o que levou ao início das movimentações no setor", afirma Alexandre Pierantoni, sócio da PwC Brasil³. E, à medida que as empresas se consolidaram, seguiram a rota de buscar escala e diversificar negócios.

Atualmente temos quatro empresas educacionais brasileiras negociadas na BM&FBOVESPA: Anhanguera Educacional, Estácio Participações, Kroton e Sistema Educacional Brasileiro (SEB). A Anhanguera Educacional, a Estácio Participações e a Kroton estão entre as maiores Instituições de Ensino Superior (IES) privadas brasileiras. Essas empresas, por seu porte e capitalização, tornaram-se as principais consolidadoras do setor educacional. Conhecer o perfil de cada uma delas, bem como suas estratégias de atuação, é fundamental para compreendermos o novo cenário competitivo do setor que movimenta quase R\$ 27 bilhões anuais. (HOPER EDUCACIONAL, 2007).

O processo de incorporação de instituições de ensino superior brasileiras pelo capital estrangeiro assumiu novas configurações com a entrada dos setores bancários e rentistas nos negócios educacionais. "Por meio de fundos de investimentos (private equity), o procedimento de aquisições tem sido muito mais agressivo, acarretando na inédita concentração e oligopolização das empresas educacionais, e varrendo, rapidamente, as empresas de cunho familiar" (Valor Econômico, edição de 30/10/2013).

³ Pwc é um network global de firmas separadas e independentes que trabalham de forma integrada na prestação de serviços de Assessoria Tributária e Empresarial e de Auditoria. Disponível em <http://www.pwc.com.br/pt/quem-somos/index.jhtml>. Acesso em 24/11/2013.

Considerando a importância dessas operações, e apesar do assunto fusões e aquisições já ter sido analisado (CAMARGOS E BARBOSA, 2003; GITMAN, 1997; GORGULHO, 2009) encontram-se aspectos que ainda merecem ser explorados, principalmente quando se considera o mercado de ensino superior privado. Dessa forma, embora se reconheça o importante papel do Estado como provedor, regulador e financiador do ensino superior no Brasil, este artigo tem como foco as discussões acerca das IES privadas.

Nessa direção, serão apresentadas a seguir algumas reflexões sobre o espaço das IESP no ensino superior brasileiro; as novas configurações que as mesmas trouxeram para o desenho institucional do ensino superior no país, sobretudo quando se considera o processo de aquisição e fusões ocorridas no campo das IES privadas, entre 2005 e 2013; e, fechando o texto, são apresentadas algumas considerações finais, tendo como objeto o desafio posto aos educadores, sobretudo aqueles orientados pela perspectiva de pensar a educação como bem público.

O espaço das IES privadas no ensino superior

Conforme descrito por Cunha (1998), antes de 1808, a educação superior praticamente não existia no Brasil, pois a política de Portugal no século XVI fora de proibição de criação de instituições de ensino superior no Brasil Colônia. Após a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil e a interrupção das comunicações com a Europa, surgiu a necessidade de formar profissionais que atendessem a nova conjuntura econômica, social e política que envolvia os interesses portugueses no país. Nesse contexto, na década de 1820, criaram-se as primeiras Escolas Régias Superiores: a de Direito, em Olinda (PE), a de Medicina, em São Salvador (BA), e a de Engenharia, no Rio de Janeiro. Outros cursos superiores foram criados posteriormente, como os de Agronomia, Química, Desenho Técnico, Economia Política e Arquitetura (MASETTO, 1998).

As condições de funcionamento dessas instituições não sofreram alterações até o período republicano. Foi somente após a Proclamação da República que ocorreram transformações na educação superior, principalmente no que se refere aos critérios de

acesso de candidatos, à multiplicação de faculdades e ao surgimento das primeiras universidades brasileiras (CUNHA, 1998), já nas primeiras décadas do século XXI.

Assim, em 1930 havia apenas duas universidades: a do Rio de Janeiro, criada em 1920, e a de Minas Gerais, criada em 1927. Ao longo dos quinze anos da era Vargas (1930-1945), foram criadas mais três universidades e dezenas de faculdades isoladas, dentre as quais se destacam a Universidade do Rio Grande do Sul, que mereceu o status de universidade somente no ano de 1934; e a Universidade de São Paulo, também criada em 1934.

Cabe aqui recordar-se que o ensino superior privado no Brasil teve sua origem na década de 1940, com a publicação do Decreto nº 6.409, de 30 de outubro de 1940, pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas, onde era autorizada a instalação da Faculdade de Direito da Faculdade Católica do Rio de Janeiro, com o curso de Bacharelado, e da Faculdade de Filosofia, com cursos de Bacharelado e Licenciatura em várias disciplinas (PUC/RJ, 2009). Esta instituição, conhecida como Faculdade Católica, foi o embrião da universidade reconhecida pelo Estado em 1946, mais tarde transformada na Pontifícia Universidade Católica – primeira instituição de educação superior privada do País.

Ainda de acordo com Cunha (1998), a educação superior brasileira vai passar novamente por grandes transformações nas décadas de 1970 e 1980, principalmente devido às diversas novas normas jurídicas editadas durante o regime militar, como as resoluções do Conselho Federal de Educação, que fora criado em 1962. Esse Conselho, constituído majoritariamente por dirigentes de IES privadas e seus prepostos, pôs fim ao processo de federalização de estabelecimentos de educação superior e assumiu uma feição crescentemente privatista, ou seja, empenhou-se em propiciar a aceleração do crescimento dos estabelecimentos privados de educação superior, a grande maioria, instituições isoladas⁴.

A partir de 1988, data da nova Constituição Federal, o movimento de transformação dos estabelecimentos isolados em universidades intensificou-se, e na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394, de 1996, atribuiu-se

⁴ Essa visão é corroborada por Veiga (1985), quando afirma que a expansão do número de Instituições de Ensino Superior Privadas (IESP) deu-se pela transformação de antigas escolas de nível secundário, de pequeno porte, em instituição de ensino superior, na verdade, escolas isoladas que ofereciam um número reduzido de cursos.

autonomia e competência às universidades para criar e extinguir cursos na própria sede e remanejar o número de vagas dos cursos que ofereciam. Dispondo dessa prerrogativa, os estabelecimentos particulares podiam responder, de forma mais ágil, ao atendimento da demanda de massa por ensino superior (SAMPAIO, 2000).

Nesse contexto cabe lembrar, como enfatiza Sguissardi, (2009, p. 158), a advertência de Marilena Chauí (1999), a propósito da reforma do Estado ocorrida nos anos 1990, que ela foi o pano de fundo do “novo modelo” de universidade, que “encolhe o espaço público democrático dos direitos e amplia o espaço privado não só ali onde seria previsível – nas atividades ligadas à produção econômica – mas também onde não é admissível – no campo dos direitos sociais conquistados”. E também as considerações de Schugurensky, quando se refere ao que estaria ocorrendo em países tanto centrais, como periféricos:

A participação no sistema [subsistema de educação superior], outrora considerada um direito social inalienável, é agora interpretada como um privilégio individual, e os objetivos da autonomia institucional, crítica social e desenvolvimento cultural são vistos como redutos obsoletos de interesses particulares. Ao mesmo tempo, o Estado benevolente que financiava cada universidade em função de suas matrículas converteu-se em um Estado avaliador e regulador que condiciona recursos à obtenção de resultados. (2002, p. 116).

Nessa direção, na primeira década do século XXI fortaleceu-se ainda mais o crescimento do setor privado no ensino superior. De acordo com os dados do MEC/INEP (2009), das 2.252 IES em funcionamento no país em 2008, 89,5% eram instituições privadas. A expansão do setor nos últimos anos dessa década ocorreu, predominantemente, através do setor privado.

Foi já nesse contexto, portanto, que no ano de 2005, como já apontado, ocorreu o primeiro caso relevante de fusão e aquisição entre Instituições de Ensino Superior Privadas no Brasil, com a compra de 51% das ações da Universidade Anhembi-Morumbi pelo grupo americano Laureate Inc.

O significado da atividade de fusões e aquisições no campo educacional

A atividade de fusões e aquisições ainda carece de maior compreensão e sistematização para que resulte em uma teoria geral e, conforme Kloeckner (1994), o que existe é um conjunto de explicações que se propõe conferir-lhe legitimidade, derivado de alguns aspectos das teorias de administração de empresas. Existem várias áreas do conhecimento que têm as fusões e aquisições como objeto de estudo: Contabilidade, Direito, Economia, Administração, entre outras, sendo que nenhuma delas apresenta uma dominância ou legitimidade sobre as demais. Cada uma aborda essa atividade com teorias que procuram mais justificar, que proporcionar um melhor entendimento sobre esse processo.

As evidências sugerem que as fusões e aquisições ocorram visando tanto a maximização da riqueza dos acionistas, quanto a maximização da utilidade gerencial (CAMARGOS E BARBOSA, 2003). Em função disso, é para este campo que o capital financeiro tem migrado nos últimos anos, no sentido de obter (super)lucros.

Segundo Camargos e Barbosa (2003):

Os processos de Fusões e Aquisições constituem uma maneira rápida de uma firma crescer, entrar em mercados, defender-se de aquisições indesejadas, aproveitar oportunidades de investimento, ou até mesmo de alguns participantes desses processos lucrarem às expensas de outros.

E para Gitman (1997), uma fusão ocorre quando duas ou mais empresas são combinadas, e a empresa resultante mantém a identidade de uma delas; já uma aquisição ocorre com a compra de um número suficiente de participações de ações; tal compra pode ser amigável ou hostil. Do ponto de vista jurídico, a Lei das Sociedades Anônimas, Lei nº 6.404/76 (BRASIL, 2009), conceitua em seu artigo 228:

A fusão é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações e a aquisição é operação pelo qual uma ou mais sociedades compra outra, sucedendo-a em todos os direitos e obrigações.

Gitman (1997) ressalta ainda que as empresas se fundem para alcançar mais facilmente alguns objetivos, dentre os quais destacam-se como principais: o crescimento

ou diversificação; a sinergia; o levantamento de fundos; o aumento da capacidade administrativa ou da tecnologia; o aumento da liquidez dos proprietários e a defesa contra a aquisição de uma sociedade anônima por outra.

Considerando esse pressuposto, de acordo com Bertolin (2007), no contexto das Universidades, a competição não é nenhuma novidade. Há muito tempo ocorrem acirradas disputas por vagas entre alunos, por bolsas entre pós-graduandos ou por distinções acadêmicas e científicas entre professores e entre as próprias instituições. Nas últimas duas décadas – anos 1990 e 2000 – entretanto, um novo tipo de disputa vem emergindo no contexto da educação superior: a competição de mercado por serviços educacionais.

A gênese dessa competição está ligada às orientações de organismos internacionais aos Estados nacionais que, sob a justificativa de maximizar os benefícios sociais dos sistemas educacionais, têm implantado reformas educacionais baseadas em lógicas de mercado e serviço comercial, colocando em questão, de forma inédita, a própria concepção de educação superior como bem público. Outra questão que se coloca, como enfatiza Behring (2011, p. 80) é que

O progresso técnico da era dos monopólios impõe o investimento crescente na formação de mão-de-obra e pesquisa/desenvolvimento. O investimento em capital humano é decisivo para o processo de acumulação, desde que seus custos sejam socializados por meio do Estado, em função do risco e da incerteza que cercam essas atividades. O item “educação” tem um forte impacto nos orçamentos, e a preocupação tem sido baixar seus custos (em função da crise fiscal) e direcionar a formação profissional para o mercado.

Segundo dados da empresa KPMG (2009), entre 1994, início do Plano Real, até o primeiro semestre de 2009, ocorreram no Brasil, 5.592 transações de fusões e aquisições envolvendo empresas brasileiras. A movimentação financeira envolvida nos processos de fusões e aquisições no Brasil, no ano de 2007, verificada através do relatório da Price Water House Coopers (2007), constatou que o mercado brasileiro movimentou cerca de R\$ 114 bilhões neste ano, correspondendo a um aumento de 25,0% em relação a 2006, e a uma média anual de 36,0% entre 2005 e 2006.

Pelos valores divulgados pela CM Consultoria (2009), entre janeiro de 2007 e abril de 2009, o processo de fusões e aquisições no mercado de Ensino Superior Privado

no Brasil movimentou mais de R\$ 1,6 bilhão. Três grandes grupos educacionais lideraram esses investimentos: as transações envolvendo o grupo Anhanguera Educacional somaram mais de R\$ 671 milhões, ou 40,0% de todos os valores envolvidos; as transações envolvendo a Estácio Participações movimentaram R\$ 364 milhões (22,0%), e o grupo Kroton Educacional envolveu R\$ 132 milhões (8,0%).

Em 2009, a crise mundial, sobretudo os episódios envolvendo o mercado norte-americano afetaram as bolsas de valores em todo o mundo, e como consequência aumentou a aversão ao risco, marcada por forte volatilidade de capital. Essa condição demandou de todos os mercados, ajustes estratégicos, cortes, mas principalmente cautela em relação às ações a serem executadas. As IES com investimentos na bolsa de valores diminuíram o ritmo, com exceção ao Grupo Sistema Educacional Brasileiro (SEB), que buscou crescimento a partir de aquisições em empresas da educação básica, pós-graduação e produção multimídia.

Os investidores atuantes em 2009, ainda de acordo com a Consultoria CM (2009), foram: os fundos de investimento Advent International e Cartesian Capital Group, e os Grupos Anima, Campos de Andrade, UNIESP⁵, UNOESC e SEB. Ao todo, as transações somaram R\$ 293,3 milhões, sendo que a entrada do Advent na Kroton resultou na injeção de capital da ordem de R\$ 280 milhões.

Ao longo desses oito anos (2005 a 2013), alguns movimentos se destacaram. Entre eles, a injeção de cerca de R\$ 200 milhões pelo fundo de private equity BR Educacional na Abril Educação, em 2011. Também em 2011, a Anhanguera comprou a Universidade Bandeirante de São Paulo (Uniban), por estimados R\$ 500 milhões e formou um grupo com mais de 400 mil alunos. A compradora, inclusive, se envolveu em oito operações nesse período e foi a maior consolidadora, considerado o levantamento da Anbima (2013). Antes disso, ainda em 2010, a Abril Educação havia adquirido o Anglo – rede especializada em cursos preparatórios para vestibular. Na época, a empresa venceu uma queda de braço com o grupo americano Pearson e a espanhola Santillana, duas outras megaempresas interessadas no mesmo negócio.

Entre os negócios mais robustos anunciados em 2013, de acordo com o Jornal Valor Econômico de 30/10/2013, está a fusão entre Kroton e Anhanguera Educacional.

⁵ O Grupo Educacional UNIESP coordena diversas instituições de ensino nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Tocantins, e tem como meta, segundo o site da empresa, possibilitar a educação para todos. Atende 55 cidades, onde mantém 68 faculdades (UNIESP, 2013).

Em abril, os dois maiores grupos de ensino privado do país formaram um gigante avaliado em R\$ 13 bilhões, com um milhão de alunos e estrutura que reúne pelo menos 800 unidades de ensino superior espalhadas pelo Brasil. As companhias deram início aos estudos de sinergia de operações no segundo semestre e aguardam a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

No final de agosto de 2013 foi a vez da rede Laureate International Universities, formada por mais de 70 instituições em 29 países, dona da faculdade Anhembí Morumbi no Brasil, arrematar o Complexo Educacional FMU⁶ por R\$ 1 bilhão. Fundada em 1968, a FMU era muito cobiçada por concorrentes pela força da marca e o negócio vinha sendo costurado há cerca de um ano. A faculdade reúne cerca de 90 mil alunos e receita estimada em R\$450 milhões.

Fora as duas operações citadas, outro anúncio importante no setor de educação foi feito em setembro de 2013, quando a rede carioca Estácio Participações comprou a paulista Uniseb por R\$ 615 milhões. A União dos Cursos Superiores SEB (UniSEB) tem 40 mil alunos e três campi nas cidades de Ribeirão Preto, Araçatuba e São José do Rio Preto, interior de São Paulo. De acordo com a rede carioca, além de marcar sua entrada no mercado paulista, a tacada ampliará sua capilaridade no ensino superior a distância. Até então o grupo detinha 52 polos desse tipo e, com a aquisição, somará 216. A concorrência mais acirrada neste terreno, depois do anúncio da fusão entre Kroton e Anhanguera, impulsionou a aquisição, afirmou em setembro o presidente da Estácio, Rogério Melzi. Junto com a Unip, as empresas consolidadoras que realizaram as últimas movimentações de negócios estão os maiores grupos educacionais do país em número de alunos. Ainda em 2013, a Abril Educação comprou a escola de idiomas Wise Up e o Centro Educacional Sigma, em operações que envolveram mais de R\$ 1 bilhão, segundo dados da Anbima (2013).

Assim, nos últimos sete anos o setor movimentou R\$ 11 bilhões em um total de 27 transações, envolvendo sobretudo o ensino superior.

Nessa direção, Romualdo Portela de Oliveira afirma que

⁶ O Complexo Educacional FMU, que reúne as Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), Faculdades Integradas de São Paulo (FISP) e FIAM-FAAM Centro Universitário, existindo há mais de 40 anos. Atualmente, a instituição oferece cursos em diversas do conhecimento, ministrados na graduação, pós-graduação (Especialização e MBA), cursos de extensão e mestrados em Direito e Saúde Ambiental. Disponível em: <<http://www.portal.fmu.br/institucional/sobre-a-fmu.aspx>>. Acesso em 25/11/2013.

Ao se identificar que o setor de educação superior sofreria rápida expansão, a atenção dos fundos de investimento voltou-se para essa área. Esses fundos tem condições de injetar altas quantias em empresas educacionais, ao mesmo tempo em que empreendem ou induzem processos de reestruturação das escolas nas quais investem, por meio de redução de custos, da racionalização administrativa, em suma, da profissionalização da gestão das instituições de ensino, numa perspectiva claramente empresarial. (OLIVEIRA, 2009).

O artigo de Oliveira sobre o crescimento dos grupos empresariais no campo da educação segue elencando os casos, às dezenas, de transações financeiras envolvendo universidades privadas brasileiras com o capital internacional, advertindo que: “Mesmo que vingasse a proposta do MEC de limitar a participação estrangeira a 30% do capital total das escolas, isso seria contornado com a compra de ações na bolsa, onde não há limites” (OLIVEIRA, 2009, p. 752).

Assim, pode-se dizer que o processo de fusões e aquisições entre grupos econômicos e IES privadas é um fenômeno recente, contudo, faz parte do mundo corporativo capitalista, tendo grande importância na realocação dos recursos na economia e na execução de estratégias corporativas, pois se constituem em alternativas para a adequação do porte e da estrutura organizacional das empresas ao mercado e à conjuntura econômica mundial.

Por outro lado, o aumento da capacidade de investimento que o novo sócio traz, possibilitando um crescimento das operações, com investimentos em infraestrutura e a capacitação do docente, a troca de conhecimento e experiência entre as universidades da rede, bem como o auxílio de consultores educacionais disponibilizados pelos grupos controladores, parecem ser os principais fatores de sucesso dos processos de fusões e aquisições.

Na perspectiva educacional, segundo, Sguissardi (2009, p. 180), “o dilema que atualmente se põe entre bem público *versus* privado/mercantil, constituiu-se gradativamente ao longo das últimas décadas”. E esta contraposição estatal/público *versus* privado/mercantil na ótica do sociólogo Emir Sader (2003) foi “uma das operações teóricas e políticas mais bem-sucedidas do neoliberalismo”. Para Emir Sader, o contínuo processo de privatização do Estado brasileiro, o tem tornado um Estado privatizado, razão principal de sua desqualificação crônica.

É diante desse espectro de um Estado supostamente nefasto aos interesses gerais e individuais que, para o autor, “o privado surge como polo privilegiado”, sacralizado, panaceia para os males crônicos do acesso ao ensino superior no país. Em outras palavras:

É perceber, como diz César Benjamim, que o Estado Nacional, tornando refém do sistema financeiro, das “obrigações” assumidas com organismos multilaterais, num país campeão mundial de desigualdades, deixou de cumprir funções estruturantes essenciais, entre elas a de garantir a manutenção, a expansão e a qualidade de sua universidade pública. (SGUISSARDI, 2009, p. 190).

Ou seja, a ação pública, sendo pouco expressiva, prepara o terreno propício para a expansão e avanço do ensino superior privado/mercantil no país.

Outro aspecto que chama atenção neste estudo é o quantitativo de alunos envolvidos nos processos de fusões e aquisições. Isso denota o interesse que esses grupos têm não apenas de vender serviços educacionais, mas o como oferecerão o ensino-aprendizagem, o que parece estar em segundo plano nas preocupações do empresariado do setor, sendo que as ideias de “alunos-clientes”, “professores e funcionários-colaboradores” são as mais evidentes.

Como no Brasil, 78% dos estudantes matriculados em cursos superiores estão nas instituições privadas, podemos afirmar que a grande maioria dos estudantes brasileiros está sendo formada sob o imperativo do lucro, a despeito do rigor da formação: daí a exploração de cursos de curta duração, de educação à distância, o enxugamento do currículo. (REVISTA CAROS AMIGOS, 2013, p. 17).

Com perfil predominantemente baseado nas classes C e D, o grande desafio dessas IES é “respirar” diariamente o seu *core business*⁷, sendo os processos de gestão acadêmica, de serviços, entre outros, nada mais do que atenção redobrada à fidelização dos alunos, à gestão da marca, sendo que as mídias sociais são essenciais e imprescindíveis para esse processo de gestão empresarial, que agora é corporativa. Em outras palavras, a educação e o ensino são transformados em mera mercadoria para consumo.

⁷ Termo em inglês que significa a parte central de um negócio ou de uma área de negócios.

“O que move o capital, já sabemos, é a busca de superlucros” (BEHRING, 2011 p. 163). No conjunto, as fusões e aquisições aparecem como fases bem determinadas do desenvolvimento do capitalismo monopolista atual que, em última análise, enquanto forma contemporânea do capitalismo, caracteriza-se por uma intensificação sem precedentes da concentração do capital, inclusive com a fusão/reagrupamento de todos os setores da economia. Em função disso, essa será também a organização assumida pelas empresas capitalistas, no campo educacional, no Brasil.

Considerações finais

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2007), a partir de 2007 verifica-se um crescimento exponencial de matrículas e de instituições privadas de ensino superior no país. O setor privado foi o principal responsável por esse processo, obtendo no referido período, um crescimento de 195%, contra apenas 18% nas IES públicas.

Considera-se, neste trabalho, que o acentuado desenvolvimento econômico em curso produziu o aumento da população urbana e do leque de empregos nos setores secundários e terciários, expressando a necessidade do letramento e do avanço da escolarização. A ampliação de faculdades e cursos superiores expressa uma tendência de organização do ensino superior no Brasil, tendo em vista as novas determinações impostas pelo capitalismo em âmbito mundial e nacional, direcionadas à modernização do Estado e à reprodução ampliada do capital.

Nesse sentido, citando Azevedo (2008) o sujeito, constrangido pela concorrência e pelos requisitos da empregabilidade, é impelido (pelas forças de “mercado”) à sua atualização educacional, sob o risco permanente de ser alijado do mundo do trabalho (flexível/precarizado). Em outras palavras, o indivíduo, segundo esta teoria, passa a ser o único responsável por suas condições de empregabilidade. Sob este enfoque, a educação é tratada como um autoinvestimento, fruto de uma decisão individual de se autoaplicar um input educacional. Tem sido nestas “brechas”, visando oferecer uma mercadoria que tenha um custo baixo, em função de sua produção racionalizada pelas condições oferecidas pela monopolização, que o mercado do ensino superior privado tem atuado.

Nessas condições, nas quais se perdem as premissas da educação como bem público, resta-nos aprofundar esta discussão, para que os dados possam balizar a possibilidade de encontrarmos as fissuras dentro deste sistema e nelas alargarmos os caminhos da contra-hegemonia, no processo de problematização do ensino superior privado no país.

Referências

ANBIMA - **Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**. Disponível em: <<http://portal.anbima.com.br/a-anbima/o-que-e-anbima/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

AZEVEDO, Mário L.N. A Educação Superior como um bem público: Desafios Presentes – Teoria do Capital Humano, Individualismo e Organismos Multilaterais. In: SEMINÁRIO REDESTRADO: nuevas regulaciones en América Latina 7, 2008. **Anales...** Buenos Aires: 2008.

BEHRING, Elaine Behring. **Política Social no Capitalismo Tardio**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BERTOLIN, J. C. G. **Avaliação da qualidade do sistema de educação superior brasileiro em tempos de mercantilização: período 1994-2003**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. São Paulo: Peres, 1992.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Cascavel: UNIOESTE, 1997.

_____. Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Dispõe sobre as Sociedades por ações**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm>. Acesso em: 18 mar. 2013.

CAMARGOS, M. A.; BARBOSA F. V. Fusões, aquisições e takeovers: um levantamento teórico dos motivos, hipóteses testáveis e evidências empíricas. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 10, n. 2, p.17-38, abr./jun. 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp, 2001.

CM CONSULTORIA – Quadro Geral de Aquisições de IES. Disponível em: <<http://www.aprenderonline.com.br/imagens/diretorios/diretorio4/QuadroGeraAquisicoes ES.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

CUNHA, L. A. **A universidade reformada**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

GITMAN, L.J. **Princípios de administração financeira**. 7. ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1997.

GORGULHO, V. Fusões no setor privado de ensino superior. **Revista Ensino Superior**, n. 128, p. 46-48, maio, 2009. Segmento.

HOPER EDUCACIONAL, Consultoria. **Análise Setorial Hoper do Ensino Superior Privado do Brasil - 2007**. São Paulo, 2007.

_____. **Análise Setorial Hoper do Ensino Superior Privado do Brasil - 2008**. São Paulo, 2009.

KLOECKNER, G. O. Fusões e aquisições: motivos e evidência empírica. **Revista de Administração**, São Paulo: FEA/USP, v. 29, n. 1, p. 42-58, jan./mar. 1994.

LAUREATE EDUCATION, Inc. Laureate History. Disponível em: <<http://www.laureate-inc.com/alHistory.php>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 dez. 2013.

PONTIFÍCIA Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/interativo/viagem_tempo/index_IE55.html>. Acesso em: 01 abr. 2013.

REVISTA CAROS AMIGOS. Ensino Superior Privado sob Domínio do Capital Estrangeiro. São Paulo, v. 16, n. 192, p. 16–19, 2013.

SAMPAIO, H. **Ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2000.

SCHUGURENSKY, Daniel. Autonomía, heteronomía, y los dilemas de la educación superior en la transición al siglo XXI: el caso de Canadá. In: RODRIGUEZ GÓMEZ, Roberto (Org.). **Reformas en los Sistemas Nacionales de Educación Superior**. La Coruña: Netbiblo, 2002. p. 109-148.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade Brasileira no Século XXI – Desafios do Presente**. São Paulo: Cortez, 2009.

UNIVERSIA. Anhembi Morumbi é comprada por grupo norte-americano, 02/12/2005. Disponível em:< <http://www.universia.com.br/gestor/materia.jsp?materia=9407>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

VALOR ECONÔMICO. São Paulo, edição de 30/10/2013.

VEIGA, L. Reforma universitária na década de 60: origens e implicações político-institucionais. **Revista Ciência e Cultura**, v. 37, n.7, jul. 1985. Suplemento Especial.